



22 de setembro de 2015

## **Declaração**

### **Conselho de Direitos Humanos da ONU**

*Período de sessões 30*

*3. Diálogo interativo*

*Relatora Especial sobre os direitos dos povos indígenas*

Por: Elizeu Lopes

### **Situação dos Direitos Humanos do povo Guarani-Kaiowá no Brasil**

---

Senhor Presidente  
Senhora relatora especial  
Mba'éichapa!

Chamo-me Elizeu Lopes, sou liderança do povo Guarani-Kaiowá, segundo maior povo indígena do Brasil.

Começo agradecendo ao Alto Comissário Sr. ZeidRa'ad Al Hussein, por ter mencionado em seu discurso de abertura desta 30ª Sessão UNHRC, as violências contra meu povo, e principalmente por instar ao Estado Brasileiro que demarque definitivamente nossas terras.

Há um ano estive neste Conselho denunciando as violências contra os povos indígenas no Brasil e o genocídio silencioso que há décadas sacrifica meu povo.

Com imensa dor, trago a este Conselho, mais um patricio assassinado em nossa luta por nossos territórios. Simeão Vilhalva foi assassinado há exatamente um mês, na terra indígena de Ñanderú Marangatú. Homologada pelo presidente Lula em 2005 e com um total de mais de 9 mil hectares, este território é um dos mais sagrados para meu povo, pois é justamente ali que, nos primórdios da terra, fomos criados por nosso ÑanderúVusu. Mas, mesmo com esta importância, somos obrigados a sobreviver em apenas 30 hectares, mais de 1.200 pessoas. Isto porque, há uma década, o Ministro da Suprema Corte, Gilmar Mendes, que é ligado aos setores do agronegócio brasileiro, protela o julgamento de uma ação que suspendeu violentamente os efeitos da homologação presidencial. Na ocasião, fomos barbaramente despejados pelas forças de segurança.

Marçal de Sousa foi assassinado nesta terra em 1983. Ele foi o primeiro a discursar na ONU. Ainda em 2005 foi assassinado Durvalino Rocha, cujos assassinos até hoje não foram punidos. E agora Simeão Vilhalva.

Assim Sr. Presidente, meu povo, cansado de esperar e vendo a dor de nossas crianças chorando de fome, declara, que já não consegue mais acreditar na vontade e na capacidade do Estado Brasileiro, em seus Três Poderes, de resolver efetiva e definitivamente esta situação.

O poder Executivo, enfraquecido e comprometido com os setores ruralistas, não cumpre com sua obrigação constitucional. Quando assassinaram Simeão, o ministro da Justiça José Eduardo Cardoso esteve no Estado, mas sua ida apenas onerou os cofres públicos, pois, absurdamente, nenhuma solução concreta foi proposta, desagradando inclusive seus aliados ruralistas.



O poder Judiciário, se não bastasse a demora em julgar ações envolvendo a posse de nossas terras, julga de forma parcial, flexibilizando nossos direitos à luz dos interesses dos ministros e até mesmo desconsiderando suas próprias decisões, causando injustiça, à revelia de nossas garantias constitucionais e internacionais.

O poder Legislativo, nunca, desde a redemocratização do Brasil, foi tão violento contra nossos direitos. Vemos articulações políticas criminosas, não só em atos corruptos. Mas até mesmo deputados e senadores participando de reuniões, para orquestrar ataques às nossas comunidades.

Por essas razões, meu povo, como ato de desespero e garantia de futuro, tem promovido a autodemarcação de nossas terras. A omissão do Estado nos obriga a tomar esta posição.

Nos últimos 15 dias, houve pelo menos dez ataques contra nossas comunidades. Com crianças e mulheres feridas, relatos de crueldade, de violência sexual e novas lideranças foram baleadas.

Por isso, solicitamos a este Conselho e, em especial, aos procedimentos especiais a tomar todas as medidas possíveis para:

- assegurar que todos os acordos comerciais de empresas multinacionais e bancos de investimentos com o Mato Grosso do Sul sejam condicionados à demarcação e devolução de nossos territórios;
- promover uma investigação independente sobre o ataque sistemático contra os povos indígenas no Brasil, incluindo a responsabilidade do Estado Brasileiro tanto por ação como por omissão.

Muito obrigado.